

Tainá Parreira Costa

O Vácuo na Representação Social do Autismo

Uberlândia-MG

2025

Tainá Parreira Costa

O Vácuo na Representação Social do Autismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. João Fernando Rech Wachelke

Uberlândia-MG

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C837
2025

Costa, Tainá Parreira, 2001-
O Vácuo na Representação Social do Autismo [recurso
eletrônico] / Tainá Parreira Costa. - 2025.

Orientador: João Fernando Rech Wachelke.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Uberlândia, Graduação em Psicologia.
Modo de acesso: Internet.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. I. Wachelke, João Fernando Rech, 1982-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Psicologia.
III. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Tainá Parreira Costa

O Vácuo na Representação Social do Autismo

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. João Fernando Rech Wachelke.

Banca examinadora

Uberlândia, 16 de dezembro de 2025

Prof. Dr. João Fernando Rech Wachelke (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia- Uberlândia, MG

Profa. Dra. Yara Magalhães dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia- Uberlândia, MG

Ma. Raianne Silva Calixto
Universidade Federal de Uberlândia- Uberlândia, MG

Uberlândia, 2025

A Walisson, pela inspiração.

Agradecimentos

Ao meu companheiro, João Luis, pelo apoio incondicional durante toda a graduação, e, principalmente, por sempre acreditar na minha capacidade - bem mais que eu mesma.

Às minhas amigas Fernanda Portes Clemente e Lorena Alves Costa, que foram meu porto seguro nesses 4 anos de curso (ou 5 anos oficialmente). Esse trabalho não teria sido escrito sem o apoio, incentivo e acolhimento delas.

À minha família, em especial aos meus avós Dona Edna, Seu Gildo e Dona Maria; à minha mãe Letícia, à minha madrinha Leandra e ao meu tio Ueliton, e ao meu irmão Renato. Essa é uma conquista coletiva, não teria chegado tão longe sem eles.

Às minhas colegas de turma Yasmin Duarte (*in memorian*) e Camila Nascimento (*in memorian*) pelos anos compartilhados na graduação, sempre as lembrarei com carinho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Wachelke, por ter despertado o interesse em estudar Representações Sociais, também, pela ajuda para pensar caminhos possíveis, hipóteses e formas de aprimorar o trabalho.

À Universidade Federal de Uberlândia, por ter sido a minha casa nesses últimos anos, e por ter me possibilitado uma formação de qualidade. Também, ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro-IFTM, onde concluí o Ensino Médio, por ter me feito sonhar mais alto.

À banca examinadora, Profa. Dra. Yara Magalhães e Ma. Raianne Silva Calixto, pelo tempo e dedicação na avaliação do trabalho.

Resumo: O presente Ensaio Teórico teve como objetivo analisar a Representação Social do Autismo na literatura científica da área da Teoria das Representações Sociais e nos meios de comunicação social. O trabalho em um primeiro momento, traça a história do autismo desde as primeiras descrições por Kanner e Asperger, a posterior inclusão nos Manuais Diagnósticos como "Autismo Infantil" (DSM-III), até a unificação no Transtorno do Espectro Autista (TEA) no DSM-5 e CID-11. Em seguida, apresenta a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, e os conceitos de *objetivação* e *ancoragem*. A principal função das Representações Sociais é tornar o não-familiar, familiar. Na análise da Representação Social do Autismo, é apontada uma forte ambiguidade e incerteza no senso comum. Com isso, é utilizada a hipótese do Vácuo Representacional, sugerida por Wachelke (2005), como forma de explicar essa dificuldade persistente em ancorar o autismo de forma clara e consensual, devido à multiplicidade de teorias conflitantes sobre o objeto e a abrangência do diagnóstico. É pontuado que os meios de comunicação parecem reforçar essa ambivalência, ao alternarem entre concepções que ligam simultaneamente o autismo à ameaça e à narrativas de superação. Por outro lado, grupos ligados à causa autista buscam promover a noção de Neurodiversidade e construir uma Representação Social do autismo afastada de concepções negativas e preconceituosas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Representação Social, Vácuo representacional; Meios de comunicação social.

Abstract: This theoretical essay aimed to analyze the social representation of autism in the scientific literature of the field of Social Representations Theory and in the mass media. The work initially traces the history of autism from the first descriptions by Kanner and Asperger, its subsequent inclusion in Diagnostic Manuals as "Childhood Autism" (DSM-III), to its unification as Autism Spectrum Disorder (ASD) in the DSM-5 and ICD-11. It then presents Serge Moscovici's Theory of Social Representations and the concepts of objectification and anchoring. The main function of social representations is to make the unfamiliar familiar. The analysis of the social representation of autism reveals strong ambiguity and uncertainty in common sense. Therefore, the Representational Vacuum hypothesis, suggested by Wachelke (2005), is used as a way to explain this persistent difficulty in anchoring autism in a clear and consensual manner, due to the multiplicity of conflicting theories about the object and scope of the diagnosis. It is pointed out that the media seem to reinforce this ambivalence, alternating between conceptions that simultaneously link autism to threat and to narratives of overcoming. On the other hand, groups linked to the autistic cause seek to promote the notion of Neurodiversity and build a Social Representation of autism that is far removed from negative and prejudiced conceptions.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Social Representation; Representational Vacuum; Mass media.

Introdução

O presente Ensaio Teórico tem como tema principal a Representação Social do Autismo, com o objetivo de analisar as publicações científicas feitas dentro do estudo da Teoria das Representações Sociais, para entender como esse tem sido representado socialmente, bem como analisar a representação social do autismo em meios de comunicação social. Dessa forma, serão apresentados brevemente a história do autismo: como foi descrito em um primeiro momento, e como é concebido pela ciência no momento atual. Em seguida será apresentado a abordagem teórica de Serge Moscovici, seguido da análise da literatura científica e dos meios de comunicação social, e por fim as considerações finais.

O surgimento do Autismo até o DSM-V

Uma das primeiras descrições médicas de uma característica diagnóstica denominada Autismo é atribuída ao psiquiatra Leo Kanner, que descreveu o Autismo Infantil no artigo “Os distúrbios autísticos do contato afetivo” publicado no segundo número da revista *Nervous Child*. Para nomear a nova categoria, o psiquiatra utilizou o conceito introduzido por Eugen Bleuler em 1911 (Lima, 2014). Bleuler utilizou o termo autismo para se referir a uma forma específica de esquizofrenia, que era identificado pela dificuldade ou incapacidade de estabelecer contato afetivo com outras pessoas, retração do convívio social, inacessibilidade do mundo interno do paciente (em casos extremos, mutismo), atitudes e comportamentos rígidos, pensamento formalmente bizarro ou idiossincrático (Dalgallarrondo, 2019)

No artigo de 1943, Kanner descreve à comunidade médica o comportamento que observou em onze crianças (3 meninas e 8 meninos), e conceituou essas características como uma forte insistência na mesmice, solidão e obsessões. O psiquiatra destacou como sinais importantes da condição os problemas graves na interação social e conexão desde o começo da vida; a resistência à mudanças; e alguns movimentos estereotipados. Nesse sentido, o denominador comum dessas crianças era a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de criar

conexão com as pessoas e uma grande tendência em afastar os que tentavam se aproximar (O'Reilly, 2020; Mas, 2018; Rosen et al., 2021)

Outro pioneiro nos estudos relacionados ao que hoje conhecemos como Autismo foi o médico alemão Hans Asperger. Antes mesmo do famoso artigo de Kanner, Asperger nomeou um grupo de crianças com características psicológicas distintas como "psicopatas autistas" em 1938. Anos depois, em 1944, ele publicou um trabalho mais amplo sobre o assunto, estudo esse que apenas recebeu atenção da comunidade acadêmica após sua morte, na década de 80. Diferente de Kanner, Asperger descreveu a condição mais próxima a um transtorno de personalidade e destacou que os pais das crianças apresentavam comportamentos parecidos, indicando hereditariedade. (Czech, 2018; Rosen et al., 2021) .

Assim como Kanner, Asperger pegou emprestado o termo utilizado por Bleuler, e enfatizou que a nova síndrome se diferenciava da esquizofrenia. Entretanto, o próprio Asperger destacou que sua descoberta contrastava com o autismo de Kanner, já que, apesar das dificuldade de interação social, seus pacientes tinham boas habilidades cognitivas e linguísticas, e alta inteligência (Barahona-Corrêa & Filipe, 2016; Dias, 2015) Apesar de hoje a “síndrome de Asperger” não ser mais um diagnóstico oficial, por conta da história e sintomatologia própria, especialistas ainda o utilizam como um subtipo do TEA (Hosseini & Molla, 2024). Com isso, é possível dizer que os estudos de Kanner e Asperger construíram uma base para o entendimento e pesquisa sobre o autismo.

Na segunda metade do século XX , com o objetivo de criar um consenso entre clínicos e atender demandas acadêmicas, terapêuticas, legais, administrativas e financeiras, houve a necessidade de estabelecer um sistema diagnóstico das psicopatologias. Para isso, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) publica em 1952 a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (“DSM”, na sigla em inglês), com 106 categorias diagnósticas (Martinhago & Caponi, 2019).

Nessa primeira versão, de acordo com Mas (2018), o termo “autism” é mencionado 4 vezes, em uma delas para descrever a classificação de “reação psicótica”, em outro momento é utilizado na descrição da “Reação Esquizofrênica do tipo paranóica”. Já a terceira menção é para explicar que “as crianças que manifestarem principalmente autismo serão classificadas como Reações Esquizofrênicas típicas da infância” (Mas, 2018, p. 54), e por último na página 35, para descrever o tipo de pensamento da Personalidade Esquizóide. Não há avanços relacionados ao autismo na edição seguinte publicada em 1968 (o DSM-II), em que o termo *autism* é citado apenas em dois momentos, e com a variação *autistic* (autístico). Também, assim como na edição anterior, é utilizado para descrever sintomas da Esquizofrenia do tipo infantil e do pensamento na Personalidade Esquizóide (Mas, 2018).

O DSM- III foi construído em um momento em que a psiquiatria passou a adotar critérios da medicina baseada em evidências, voltada para a identificação de sintomas, definição de diagnósticos e desenvolvimento de psicofármacos. Nesse sentido, o DSM III é um marco na mudança de paradigma no âmbito da psiquiatria, que antes era muito influenciada pela psicanálise (Martinhago & Caponi, 2019). É nessa edição que autismo foi incluído pela primeira vez como uma categoria diagnóstica diferenciada, quase 40 anos desde a primeira descrição, e passou a fazer parte de uma classe também inédita, a de “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento” (Bosa, 2002; Rosen et al., 2021)

Como integrante dessa classe, o “Autismo Infantil” foi descrito pela tríade de deficiências -na interação social, na comunicação e padrões repetitivos e restritos de comportamento- com ocorrência na primeira infância, antes dos 30 meses de idade (O’Reilly, 2020; APA, 1980). Já na quarta edição do manual, em 1994, além do transtorno Autista, o Transtorno de Asperger é acrescido à categoria de Transtornos Globais do Desenvolvimento, baseado no entendimento de que são diagnósticos distintos, em especial porque, em contraste

com o Transtorno Autista, no Transtorno de Asperger não há atrasos clinicamente significativos na linguagem (APA, 1994).

Desde a descrição de Kanner, o autismo passou de uma característica pertencente à esquizofrenia para uma subcategoria dos Transtornos do neurodesenvolvimento do DSM-5. Nesse manual é descrito da seguinte maneira:

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2013, p. 31)

Nessa nova edição do DSM houve a fusão dos diagnósticos de Transtorno Autista, Transtorno de Asperger e Transtorno Global do desenvolvimento no Transtorno do Espectro Autista (APA, 2013). Nesse mesmo sentido, a Classificação Internacional de Doenças-CID-11, lançada pela Organização Nacional da Saúde- OMS em 2021, também unificou o que antes era considerado Transtornos Globais do Desenvolvimento na CID-10 (OMS, 1997) no Transtorno do Espectro Autista (OMS, 2021). A ideia de espectro não surge de forma espontânea. foi influenciada principalmente pelos estudos de Lorna Wing, no artigo de 1981, no qual a pesquisadora defendeu que a Síndrome de Asperger e o Autismo compartilhavam a mesma tríade de sintomas, o que fortaleceu de forma gradual a ideia de um *continuum* de dificuldades com intensidades de leve a grave na comunicação e comportamentos repetitivos (Brasil, 2015), (APA, 2013).

A Teoria das Representações Sociais

A maneira com que os indivíduos formam teorias, crenças e atitudes acerca do mundo, com o objetivo de interpretar a realidade, caracteriza um importante objeto de interesse da

Psicologia Social, abordado a partir de diversas perspectivas (Vala, 2013). Uma delas é a Teoria das Representações Sociais, uma forma sociológica de Psicologia Social, focada nas relações intergrupais, e com uma abordagem cultural e societal dos fenômenos sociopsicológicos (Farr, 1998); (Wachelke & Camargo, 2007). O termo “Representação Social” foi elaborado por Serge Moscovici em sua tese de doutorado publicada de 1961 - e editada em 1976- intitulada “La Psychanalyse: son image et son public”, o autor buscou uma visão que juntasse ao mesmo tempo as dimensões sociais e psicológicas, para isso partiu da noção de Representações coletivas (Vala, 2013).

As Representações coletivas, um constructo muito relevante na sociologia, concebido por Durkheim, referem-se a um conceito genérico atribuído a qualquer fenômeno psíquico que se encontre na coletividade, como uma ideia, uma crença ou um mito. Nessa perspectiva, entende-se que a vida social é a condição de todo pensamento, o que por mais que não seja uma afirmativa falsa, é incompleta, uma vez que não explica as especificidades do pensamento social, e diz pouco sobre como ele é formado e organizado (Moscovici, 2003). As representações coletivas, de acordo com Durkheim, possuem também um aspecto estático, explicando regularidades duradouras nas sociedades e culturas. Já Serge Moscovici, inspirado pelo conceito de Durkheim, inova e elabora o conceito de Representações Sociais, e as compreende como estruturas dinâmicas nas sociedades contemporâneas, dotadas de plasticidade e pluralidade, que surgem e se modificam a partir das interações entre indivíduos e grupos, ao longo do tempo (Moscovici, 2003; Vala, 2013; Jodelet, 1989).

As representações sociais são teorias do senso comum - modelos coletivos- constituídas para interpretar e elaborar a realidade, para além disso, tornar o não-familiar, familiar. É a partir das representações sociais que os objetos e fenômenos relevantes do cotidiano existem no universo dos grupos sociais e se tornam conhecimentos presentes na comunicação dos indivíduos. Esse conhecimento comum - as representações sociais-

determina os valores e ideais compartilhados, assim como os comportamentos tolerados ou desejados na sociedade (Moscovici, 2003). Dessa forma, como aponta Wagner (1999), uma forma adequada de entender as representações sociais não é imaginá-las dentro das mentes dos indivíduos pertencentes a determinado grupo, e sim que estão entres as mentes, sendo construídas a partir do comportamento verbal e das ações cotidianas das pessoas.

Como elucidado por Wachelke (2012), “uma representação social é um construto sociopsicológico que desempenha um papel simbólico, representando algo – um objeto – para alguém – uma pessoa ou grupo. Ao fazer isso, a representação efetivamente substitui o objeto que representa, e assim torna-se o próprio objeto, para a pessoa ou grupo que se refere a ela” (p. 730). Além dessa relação de simbolização com seu objeto, a Representação Social tem uma relação de interpretação: lhe confere significações (Jodelet, 1989), o que Moscovici explicou como: “Representar um objeto é, ao mesmo tempo, conferir-lhe status de um signo, é conhecê-lo, tornando-o significativo” (Moscovici, 1976). É por meio dessas significações que as representações sociais exprimem a versão da realidade - as teorias espontâneas- do grupo que as constroem e que conferem aos objetos representados definições específicas, as quais formam uma visão consensual sobre a realidade. Essa realidade pode ser contrastante com a realidade de outros grupos, dado que é também alicerçada na cultura, nos valores e no conhecimento anterior daquele grupo em específico (Jodelet, 1989)

Como mencionado anteriormente, a função de toda Representação Social é transformar um objeto desconhecido em um objeto familiar. E isso é elaborado a partir de dois processos fundamentais: a objetivação e a ancoragem (Moscovici, 1976/1978). O primeiro trata-se do processo no qual um conceito abstrato toma forma e torna-se concreto por meio de ícones, metáforas, expressões figurativas, ou seja, um conjunto de imagens que traduz o fenômeno representado (Vala, 1996); Wagner 1999). No estudo de Jodelet (1989/2005) “Loucura e Representações Sociais”, no qual ela entrevistou moradores de uma comunidade

em que doentes mentais residiam como pensionistas, alguns entrevistados usaram expressões como “azedamento” de leite e “coagulação” da manteiga ao se referirem ao adoecimento mental, comparando-o a uma transformação material da qual tinham conhecimento e proximidade. Isso mostra que a objetivação não é arbitrária, na verdade é dependente das características do grupo que a elabora (Wagner, 1999).

O processo de ancoragem é o responsável por inserir o estranho em um paradigma conhecido, em uma categoria pré-existente que parece ser apropriada, e assim diminuir a ameaça. Ancorar é encontrar uma classificação para o que antes era desconhecido e o nomeá-lo. Ao classificar é impossível haver uma neutralidade, já que o inserimos em um sistema hierárquico, ao avaliar e rotular o objeto o grupo revela sua própria teoria da sociedade e da natureza humana (Moscovici, 2003)

A representação social do autismo

O autismo tem despertado nos últimos anos um grande interesse de campos diversos do conhecimento, como a medicina, a educação e a psicologia (Lacerda, 2017). Não poderia ser diferente, já que o transtorno se configura como uma suposta epidemia que atinge, segundo o Censo Demográfico de 2022, 2,4 milhões de pessoas no Brasil, o que representa cerca de 1,2% da população. Em outros países a prevalência é significativa: no ano de 2025 nos EUA 1 a cada 31 crianças têm autismo, segundo dados do CDC. Cabe utilizar o termo “suposta” epidemia, porque, embora alguns autores entendam o aumento da prevalência por motivos subjacentes ligados aos fatores de risco, como a idade elevada dos genitores e mutações genéticas, isso não se configura como prova de uma epidemia (Dachez et al, 2017).

O aumento do número de diagnósticos pode estar relacionado a ampliação dos critérios diagnósticos e a um maior entendimento e obtenção de informações sobre o transtorno (Dachez et al, 2017; Mas, 2018). De todo modo, o aumento do número de diagnósticos de TEA representa uma questão de saúde pública, o que justifica o crescente

interesse. As representações sociais tem como função justificar e nortear comportamentos, o que faz com que atuem na construção da realidade sobre o Autismo. Como demonstrado no tópico anterior, o autismo advém do saber médico-científico manifestado nas classificações diagnósticas, e entender como esse conhecimentos é apropriado pelo senso comum constitui a essência do estudo de uma representação social (Dias et al., 2016).

Nesse sentido, em um artigo sobre as mudanças nas representações sociais do autismo, Chamak (2018) enfatiza que nos últimos 20 anos a construção social do autismo passou por mudanças significativas em nível internacional. A partir de mudanças nas hipóteses etiológicas e tratamentos, o autismo deixou de ser uma doença rara e grave para se tornar uma síndrome bastante comum, com diversas formas de manifestação e limites pouco claros. Não só no universo reificado houve transformações sobre o entendimento do autismo, a forma com qual a sociedade o entende transformou-se e parece ainda não ter um contorno bem definido.

No estudo de Santos e Santos (2012), que teve por objetivo investigar as ideias de senso comum que circulavam entre professores acerca do autismo infantil, as autoras conseguiram identificar algumas teorias populares atribuídas por esses professores à origem do autismo. Foi observado que um grupo de professoras relacionaram a origem do autismo a insuficiência de afeto na infância, hiper intelectualização dos pais e a rejeição do bebê pela mãe. Os autistas, nessa concepção, são vistos como crianças que “murcharam” devido à falta de amor materno. Sobre isso, Chamak (2018) sustenta que a psicanálise encarava o autismo como resultado de uma conduta parental que não era a ideal, especialmente no que diz respeito ao papel da mãe.

A exemplo, psicanalistas como Margareth Mahler, Francis Tustin, Bruno Bettelheim e Donald Meltzer ajudaram a construir e fortalecer a hipótese psicogênica, a qual organizou o campo psiquiátrico sobre o autismo por bastante tempo. Segundo esses psicanalistas, o

autismo era um transtorno situado nas fundações psíquicas do indivíduo, causado por anomalias no estabelecimento das primeiras relações objetais (Lima, 2007). Essa ancoragem da representação social do autismo no saber psicanalítico pode ser explicado pelo momento histórico do surgimento do autismo como o objeto de estudo da medicina psiquiátrica, que ocorre no contexto de ascensão da psicanálise enquanto teoria capaz de explicar e oferecer respostas às questões sociais (Lopes, 2021). Logo, a psicanálise surge como referência para entender o autismo. Desse modo, as vertentes psicanalíticas predominantes nos Estados Unidos e na Inglaterra defendiam que um déficit na interação mãe-bebê, manifestado por frieza, apatia ou indiferença materna, poderia comprometer a formação do psiquismo do indivíduo (Santos & Santos, 2012).

No artigo inaugural de Kanner, enfatizou-se que as questões afetivas não eram suficientes para explicar o autismo: o transtorno não era resultado de uma falha no relacionamento da família. Mesmo assim, na década de 40 popularizou-se a associação entre autismo e uma maternagem falha, que no Brasil ficou em alta até meados da década de 1990 (Lopes, 2021). Atualmente o cenário é diferente: existem novas concepções e produções psicanalíticas sobre o autismo, que estão longe de serem hegemônicas como antes (Lima 2007). Segundo Chamak (2018), muitos pais começaram um movimento de adotar explicações biológicas ao transtorno, o que os ajudou a amenizar os sentimentos de culpa. Principalmente a partir dos anos 1990 associações de pais de pessoas autistas aderiram ao discurso de neurocientistas e geneticistas para reconstruir o autismo como uma questão do neurodesenvolvimento com muitos traços genéticos (Chamak, 2018).

De forma progressiva, a noção do autismo como sendo de origem orgânica, devido a alterações cerebrais, ganhou força e parece ter sido também incorporada pelo senso comum. Isso é corroborado pelo estudo de Santos e Santos (2012), uma vez que algumas professoras participantes atribuíram a origem do autismo a uma desconexão orgânica (de células,

neurônios). Para as autoras, a imagem de uma máquina tirada da tomada traduz a ideia elaborada pelos participantes da criança autista como “desconectada” do mundo e das relações sociais, sem energia, o que remete à metáfora usada por Kanner de “tomada desligada”. Nessa concepção, o cérebro é o órgão em que o autismo está localizado, o que se relaciona a ideia da vida mental como epifenômeno do funcionamento cerebral, alicerçadas nas teorias neurobiológicas sobre o autismo (Lima, 2007; Santos & Santos, 2012).

Nesse mesmo sentido, o estudo de Dias *et al.* (2021) teve como objetivo caracterizar a estrutura e os processos sociocognitivos da representação social do autismo elaborada por universitários. Na pesquisa, os autores discutem que muitos dos participantes, ao responderem sobre o que para eles causava o autismo, atribuíram majoritariamente a causas biológicas-genéticas ao explicarem que o autismo ocorre devido à hereditariedade e que se manifesta desde a vida intrauterina (Dias et al., 2021). Isso, de certo modo, reflete o que está colocado no universo reificado, uma vez que a tese mais aceita atualmente pela comunidade científica é uma combinação entre o paradigma ambiental -o autismo é causado devido a uma lesão neurológica por conta da exposição a certos fatores ambientais- e o paradigma biológico-genético- o autismo é uma doença congênita causada por mutações em genes (Fadda & Cury, 2016).

Algo que o estudo de Santos e Santos (2012) concluiu é que havia entre as professoras uma grande incerteza em relação ao que causava e do que se tratava o Autismo. De acordo com as autoras, os sujeitos participantes tentavam se ancorar em vários repertórios - como a psicanálise e neurociência, mas nenhuma parecia ser suficiente ou totalmente aceitável. A própria definição do autismo no campo da doença, da loucura ou da deficiência era ambígua e, desse modo, os professores construíram “autismos”. No estudo mais recente, o de Dias et al. (2021) uma pequena parcela dos participantes responderam que não sabiam dizer o que era o autismo, o que segundo os autores não significa que não há uma representação, mas que

nesse caso a não familiaridade com o objeto pode ser entendida como conteúdo da representação.

No mesmo estudo (Dias et al., 2021), em relação à definição do autismo, a grande maioria dos universitários o definiu como uma doença mental, o que segundo os autores remete a própria história do autismo, na qual o termo foi cunhado para descrever um dos sinais de esquizofrenia. Os autores mencionam que ancorar o autismo no campo da doença mental pode significar associá-lo também a todo o arcabouço de exclusão e preconceito, que faz parte das cognições, afetos e atitudes atribuídos à representação da doença mental e do doente mental. Outro estudo sobre representações sociais do autismo, mas no contexto da França (Dachez et al., 2017) também identificou uma representação coerente com a doença mental. Nessa pesquisa exploratória, um dos objetivos dos autores era identificar o conteúdo e a estrutura da representação social do autismo, e analisar o efeito da proximidade com o objeto. Para isso, compararam dois grupos: uma população que trabalhava diretamente com pessoas autistas com uma que não tinha contato direto e nem indireto com pessoas com TEA. Assim, o estudo chegou à conclusão que, em relação à estrutura da representação, o autismo é definido como uma doença que aprisiona a pessoa em uma bolha. Além disso, a pesquisa indicou que as duas populações elaboraram uma representação do TEA com conotação negativa e muito influenciada por uma perspectiva patológica.

Isso pode ser elucidado pelo estudo de Sousa et al (2016), ao investigarem a representação social da reforma psiquiátrica e do doente mental para estudantes universitários de cursos de saúde. As autoras observaram que os estudantes tinham uma representação do doente mental marcado por medo e exclusão, pautado principalmente no modelo biomédico. A associação de termos como “doença” e “doido” demonstraram que de forma contundente os futuros profissionais de saúde possuíam uma percepção estigmatizante sobre a doença mental.

Sendo assim, o autismo como objeto social construído junto a doença mental pode reforçar estereótipos e ser um grande empecilho para a inclusão das pessoas com TEA.

No estudo de Dachez et al. (2017) é salientado que até aquele momento não existiam pesquisas na França sobre a representação social do autismo, mas havia diversos estudos sobre a representação da doença mental no país. A exemplo, eles citam que uma pesquisa feita com 36 mil pessoas mostrou que os termos “louco” e “doente mental” eram relacionados, para 75% dos participantes, a comportamentos perigosos e violentos, enquanto o termo “deprimido” era ligado à tristeza e isolamento. Nesse mesmo sentido, uma outra pesquisa feita na França identificou que as imagens associadas ao “louco” eram de alguém violento, e do “doente mental” como deficiente e bizarro (Dachez et al., 2017). Em relação a isso, Foster (2001) em um clássico estudo sobre a diferenciação das representações sociais da doença mental, chegou à conclusão que de forma geral existia uma forte representação social da doença mental inclinada para a violência, imprevisibilidade e alteridade.

Ao mesmo tempo em que os autores (Dachez et al., 2017) encontraram a representação social do autismo próxima aos sentidos atribuídos a doenças mentais, também observaram que a população que não tinha contato com pessoas autistas construiu uma representação mais estereotipada, na qual a pessoa autista é isolada e confinada em uma bolha, mas ainda assim é inteligente. Essa imagem foi também encontrada em uma das teorias populares sobre o autismo no estudo de Santos & Santos (2012), a qual as autoras nomearam como “teoria cognitiva”. Nessa, algumas professoras entendiam o transtorno como uma superdotação intelectual, ligada a Síndrome de Asperger, que contribuiu para a construção da existência de um autismo de “alto funcionamento”, e que de certo modo negligencia a maior parte das pessoas autistas, as quais possuem déficits intelectuais e cerca de um terço possui dificuldades na linguagem (Lacerda, 2017).

Em nível internacional, as representações culturais do autismo, segundo Chamak (2018) são muitas, desde imaginação de que a criança foi trocada por uma fada até crenças de que o autista é enfeitiçado por espíritos. Também, de acordo com a autora, há na cultura metáforas inspiradas pela ficção científica, a qual formou representações populares do autista como “possuído, "idiota", "alienígena” " ou "gênio". Em culturas do continente africano por exemplo, às vezes o autista é percebido como vítima de erros cometidos por pessoas da família; ou como um amuleto de sorte ou maldição (Ebwel et al., 2010). Já na Coreia do Sul, crianças com TEA são escondidas da sociedade pelas famílias, devido ao estigma associado à deficiência (Grinker, 2007), e no Canadá os pais utilizam dois modelos explicativos para as causas do autismo -o biomédico e as crenças religiosas (Ben-Cheikh & Rousseau, 2013) . Já as representações do autismo na mídia frequentemente reforçam estereótipos de pessoas com deficiência -objeto de pena, fardo para a família e para a sociedade, ou um ser perigoso, imprevisível e estranho, às vezes com habilidades acima da média (Chamak, 2018).

Em um outro estudo que buscou explorar como os jovens atribuem significado ao autismo (Fondenlli & Rober, 2016), os autores identificaram que o tema “Autismo é Diferente” foi o mais mencionado nos grupos focais, ou seja, o autismo é algo representado pelos jovens como essencialmente diferente e oposto à normalidade. Em suma, trata-se de uma forma diferente de existir, também o autismo se expressa de formas diversas e em diferentes níveis de gravidade, o que para os participantes do estudo torna difícil estabelecer o que é até certo ponto um comportamento normal, e quando passa a ser um comportamento autista. Essa linha divisória entre normal e o diferente/autista é tênue. Inclusive, os participantes, fizeram uma distinção entre o que é o autismo e o que é diagnóstico de autismo, como especificado nesse trecho:

Que "autismo severo" é uma forma de "ser diferente" era algo sobre o qual eles não tinham dúvidas. Da mesma forma, eles não tinham dúvidas de que um diagnóstico de autismo em pessoas com uma

"forma grave de autismo" é justificado e necessário. Mas e quanto às pessoas com "formas mais leves de autismo"? Essas pessoas também são fundamentalmente diferentes das outras pessoas? Afinal, os participantes reconheceram muitas das características comportamentais dessas "formas mais leves de autismo" também neles mesmos (Fondenlli & Rober, 2016, p. 9)

A partir desses estudos na literatura das Representações Sociais sobre como alguns grupos dão sentido ao autismo, é possível notar que a representação do transtorno e das pessoas com TEA é bastante diversa e incerta, também majoritariamente atrelada a aspectos negativos. Há no senso comum uma grande dificuldade em encontrar uma definição segura e clara para o transtorno, tanto a partir de termos científicos-médicos, quanto a partir das crenças religiosas e populares. Uma hipótese que pode ser útil para entender esse cenário, segundo Santos & Santos (2012), está relacionada à circulação de uma multiplicidade de teorias tanto no campo científico quanto nos dispositivos de comunicação de massa dispostos a abordar o transtorno.

Posto que alguns estudos apontaram a representação social do autismo fortemente vinculado às significações e imagens da doença mental, e oposto a noções de normalidade, pode-se fazer um paralelo com a hipótese da existência de um *vácuo representacional* no caso do autismo. De acordo com Wachelke (2005) a representação social da loucura ou da doença mental não raramente tem como característica um forte estranhamento, representado de forma afastada do sujeito. O autor propõe que as duas grandes formas de conhecimento, tanto da ciência quanto da tradição cultural, não são capazes de explicar de forma satisfatória a doença mental enquanto objeto social. Por um lado, a loucura/doença mental por muito tempo foi explicada a partir de representações culturais -o autor cita um exemplo de que para a sociedade primitiva e medieval a loucura era facilmente atribuída a espíritos ou formas malignas- e com o avanço e valorização do pensamento científico na hierarquia dos tipos de conhecimento, os saberes de culturas tradicionais foram colocados em uma posição inferior.

Assim, surgiu uma incoerência e desarmonia entre os saberes culturais e a loucura, ao mesmo tempo que a ciência não conseguiu explicá-la.

As representações científicas conseguem explicar apenas alguns aspectos da loucura, enquanto outras facetas da doença mental ainda não são passíveis de teorização com bases empíricas sólidas. Observa-se então uma espécie de vácuo representacional, uma falha dos processos geradores e modificadores das representações sociais. É possível identificar, na relação das representações com o objeto social uma deficiência estrutural: eis uma possível causa do problema apontado por Morant e Rose (2002), relacionado à ausência de âncoras para a loucura (Wachelke, 2005, p. 319)

Assim, essa falha estrutural na representação social da doença mental nomeada como *vácuo representacional* pelo autor, pode ser uma hipótese para entendermos a estrutura da representação social do autismo. Como vimos nos estudos, a representação do transtorno ancorado nas diferentes tradições culturais (Chamak, 2018) diverge do conhecimento ancorado na psicanálise, a qual por muito tempo foi hegemônica, e agora representado por meio do conhecimento biológico-médico. Essa variedade de cobertura sobre um mesmo objeto (o Autismo), faz com que haja uma falha de ancoragem, o que poderia explicar o forte estranhamento, afastamento, incerteza e dúvidas que permeiam a representação social do Autismo.

Representações Sociais do Autismo em Meios de Comunicação Social

O papel da Comunicação é central na Teoria das Representações Sociais, Serge Moscovi destacou principalmente a função da Comunicação Social nas interações que ajudam a construir um universo consensual (Jodelet, 1989). Para Moscovici (2003) a comunicação é parte do estudo das representações, pois são geradas a partir desse processo e expressas posteriormente por meio da linguagem. O autor examinou a incidência da comunicação social em três níveis. No primeiro nível, da emergência das representações, que é influenciada por

condições como a dispersão e distorção de informações (acessíveis de forma desigual entre grupos), a focalização em certos aspectos do objeto a partir de interesses e envolvimento dos sujeitos, também por necessidade de posicionar-se ou obter reconhecimento. No segundo nível, dos processos de formação das representações sociais: a objetivação e a ancoragem, enquanto processos de formação das representações, evidenciam a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais. E no terceiro nível, das dimensões das representações: as opiniões, atitudes e estereótipos, os quais influenciam na construção das condutas e sobre os quais intervêm os meios de comunicação midiática (Jodelet, 1989)

Os meios de comunicação midiáticos e os efeitos sobre a audiência apresentam aspectos estruturais próprios, que o autor classificou em difusão, propagação e propaganda. (Jodelet, 1989). Esses três gêneros foram distinguidos de acordo com a fonte, o objetivo e a lógica das mensagens (Moscovici, 2003). A propagação é uma comunicação restrita a membros de um grupo com uma visão de mundo bem definida, que possuem uma ideia para propagar, ao mesmo tempo que tentam se adaptar a novos saberes. Já a Propaganda é o tipo de comunicação social em que há a disseminação de informações contrastantes, no sentido de estabelecer o que é bom ou ruim, certo ou errado, verdadeiro ou falso, com o intuito de persuasão. E a Difusão, característica de um tipo de comunicação em que há uma indiferenciação entre a fonte e o receptor: a fonte transmite a informação que recebe de um especialista, dessa forma, assim como seu público, são recebedores da informação. (Doise, 2014).

O último tipo citado, a difusão, é particular da imprensa, pois tem como objetivo criar um interesse comum sobre determinado objeto. Assim, os jornais e revistas se constituem como instrumentos de difusão das Representações Sociais (Castro et al., 2016). Esses três tipos de classificação dos meios de comunicação foram estruturados como um protótipo pelo autor, o que não impossibilita a análise de novos tipos de comunicação (Doise, 2014). Além

do mais, desde a publicação em que Moscovici disserta sobre o tema houve mudanças significativas na forma com que as pessoas se comunicam e tem acesso à informação. Ainda assim, o conhecimento difundido na mídia sobre o Autismo pode orientar comportamentos, e ajudar a moldar crenças e opiniões sobre o transtorno. Rios et al. (2015) realizaram um estudo em que pontuaram que o Autismo recebeu a atenção da mídia impressa brasileira de duas formas distintas, uma delas sendo o destaque na dimensão neurobiológica, ou seja, dando luz a fatores genéticos e neurológicos do TEA a partir da divulgação de estudos científicos, bem como o reforço de que o autismo é uma condição que exige diversos cuidados de saúde. A outra forma que o autismo aparecia nas reportagens e notícias, era com um tom dramático, com textos relatando o descaso do poder público e o desespero dos pais sem a devida assistência do Estado para lidar com as necessidades dos filhos com TEA.

Nesse cenário, a mídia impressa desempenha um papel significativo na formação das concepções sociais sobre o autismo no Brasil. Além de divulgar informações científicas, a narrativa midiática, em seu aspecto mais comovente, também mobiliza o leitor em relação às causas políticas (Rios et al., 2015). Algumas matérias publicadas em janeiro de 2025 na mídia digital brasileira G1 ilustram aspectos observados nos estudos sobre a representação do autismo. Nesses textos a pessoa com autismo, normalmente criança, parece ser representada como um problema difícil de ser resolvido, a exemplo uma matéria publicada nesse jornal, em 31 de janeiro de 2025, com o título “*Famílias denunciam falta de apoio a alunos com transtorno do espectro autista e síndromes em escolas de Santa Bárbara*” (G1,2025), relata a dificuldade enfrentada por pais e professores para atender à necessidade de atenção individualizada às crianças com TEA. Em um dos trechos, há o relato de uma mãe sobre a experiência com o filho com autismo (Pedro): “Muitas vezes, quando vou pegar o Pedro na hora de saída, o professor já vem com o rosto assustado. Ou a pessoa que está lá, que fica no corredor, chega também com [o semblante] assustado”

Nesse trecho, o autismo aparenta ser objetivado por meio da imagem de “semblante assustado”, que o associa ao horror, com o qual apenas pessoas com bastante experiência com o transtorno poderiam ser capazes de lidar. Essa percepção, exemplificada pela notícia, do autismo como difícil, estranho e distante da normalidade, liga-se com os achados na literatura científica da área (Santos & Santos, 2012; Dias *et al.*, 2021; (Dachez et al., 2017). O autismo ainda é incompreendido pela população, principalmente leiga, e parece ser impossível de lidar no cotidiano. Em uma outra matéria do mesmo jornal, publicada em 8 de janeiro de 2025, intitulada “*Família descobre maus-tratos contra alunos autistas de escola pública do DF após colocar gravadores nas mochilas*” (G1, 2025), é relatado que educadores trataram de forma violenta alunos com TEA, inclusive motivaram outras crianças a os agredirem. É possível perceber que uma representação social do autismo vinculada a algo perigoso - símbolo de ameaça - aparece na fala de um dos professores: “Empurra ele, joga ele, não deixa ele fazer mal com vocês”. Nesse contexto, o autismo se aproxima de algo maléfico, que pode prejudicar as pessoas e que por isso merece uma reação violenta. O que pode estar relacionado com a ancoragem predominante do autismo na concepção da doença mental e do louco, que muitas vezes é atrelado pelo senso comum à periculosidade (Sousa et al., 2016; Foster, 2001).

O entendimento do autismo deslocado para um lugar simbólico de ameaça e imprevisibilidade também pode ser exemplificado em outra matéria do mesmo portal, divulgada em 15 de janeiro de 2025, que recebeu o título “*Polícia investiga vereador suspeito de agredir criança com autismo após ela se recusar a descer de brinquedo em parque*” (G1, 2025). Nessa matéria, é afirmado pela família da criança que “o menino, apesar de suas dificuldades relacionadas ao TEA, sempre foi uma criança educada e carinhosa”. Nesse sentido, o autismo é percebido como incompatível com os adjetivos “educado” e “carinhoso”, a criança mencionada possui essas características apesar do autismo. Pode-se dizer que era

esperado que a pessoa com autismo tivesse, nessa perspectiva do senso comum, comportamentos atrelados à desobediência, frieza ou agressividade, e não à educação e carinho. Essas três matérias apresentam indícios de algumas representações do autismo que se concentram predominantemente em aspectos pejorativos, os quais de certa forma estão ligados a preconceitos e à estigmatização de pessoas autistas.

Algo que apontamos sobre a característica da Representação Social do autismo, a partir da análise de artigos científicos da área, foi a dificuldade persistente de encontrar uma definição ou explicação adequada e que retire o desconforto em relação ao objeto de estranhamento, que é a principal função de uma Representação Social. As inúmeras abordagens e teorias que tentam explicá-lo coexistem e disputam o espaço social e político, o que gera uma realidade marcada pela ausência de consensos. O autismo, ao mesmo tempo que é interpretado como uma deficiência, defeito e diferença insuperável, também é representado como um enigma ou mistério e, até mesmo conectado à ideia de uma pessoa com habilidades extraordinárias. Esse movimento entre concepções distintas pode ser um indicativo de como a ancoragem desse objeto permanece instável.

Uma matéria veiculada no dia 14 de janeiro de 2025 no portal de notícias G1, e que pode servir para ilustrar esse aspecto, recebeu o seguinte título: *“Mãe celebra nota 920 de filho autista na redação do Enem e gera comoção nas redes sociais: ‘Sempre soube do potencial dele’”* (G1, 2025). Essa notícia relata o sucesso de um jovem com TEA no Exame Nacional do Ensino Médio e a alegria da mãe e amigos com o feito. Entretanto, o discurso na matéria enfatiza as dificuldades enfrentadas no processo de criação do filho autista: de um lado o jovem é descrito como excepcional, por outro o transtorno continua retratado como um obstáculo quase intransponível, sendo a superação possível apenas com grandes esforços. Dessa forma, mesmo quando a narrativa sobre o autismo é positiva, permanece a crença

implícita do TEA como o problema, e o sucesso da pessoa autista como um evento surpreendente, ou que “contraria as estatísticas”.

Por outro lado, existe a comunicação protagonizada por organizações de pais e familiares militantes da causa autista, cujo principal objetivo é disseminar informações sobre o transtorno e lutar por respeito a políticas públicas voltadas para pessoas autistas. Podemos vincular esse padrão com o sistema de comunicação de Moscovici (2003) nomeou como propagação. Apenas um exemplo, o blog *“Autismo e Realidade”*, produz conteúdo voltado para o apoio a famílias que vivenciam cotidianamente o TEA, a partir de matérias como *“Níveis de suporte no autismo: entenda como eles podem contribuir a organizar o cuidado (2025)”* ou *“Valorizando as diferentes formas de comunicação no autismo (2025)”*. Ambas as matérias buscam esclarecer sobre aspectos do TEA com base na ciência hegemônica. Nas publicações desse blog é possível observar que há tentativas de desmistificar preconceitos e normalizar as diferenças, principalmente ao enfatizar a noção de Neurodiversidade.

A expressão “Neurodiversidade” foi utilizada de forma pioneira por Judy Singer em 1999 no texto “Por que você não pode ser normal uma vez na sua vida? De um 'problema sem nome' para a emergência de uma nova categoria de diferença” (Ortega, 2009). O movimento da Neurodiversidade está diretamente ligado à mudança de paradigma da perspectiva psicogenética para as concepções biológicas e neurológicas sobre o TEA (Ortega, 2009). Nesse sentido, os blogs e conteúdos de comunicação social que buscam trazer o autismo para o debate público e comunicar-se com pessoas próximas à temática parecem tentar construir uma Representação Social positiva do transtorno, ao valorizar a diferença humana como inerente à condição humana, e não um problema a ser curado ou afastado.

Diante desses elementos, é possível considerar que a representação social do autismo configura-se como um campo marcado por ambivalências e lacunas interpretativas, cujos sentidos se alternam entre risco, mistério, incapacidade e excepcionalidade. Essa oscilação

constante evidencia que o autismo ainda não dispõe de um esquema simbólico suficientemente estável para permitir sua plena compreensão no universo do senso comum. Uma das possíveis causas para esse cenário pode ser a própria noção de Espectro e a diversidade de manifestações do autismo, associado ao diagnóstico extremamente abrangente, como problematizado por Mas (2018). A fronteira entre traços típicos da personalidade e os que configuram um diagnóstico de TEA é tênue, e pode ser também um dos motivos para a falha na estruturação da Representação Social do autismo. Essa complexidade pode ser um fator que amplia a sensação de incerteza e dificulta a formação de um conjunto coerente de significados compartilhados.

A mídia, além de outros meios como as redes sociais e produções culturais, ao produzir simultaneamente narrativas de ameaça, vulnerabilidade e genialidade improvável, contribui para reforçar essa heterogeneidade. Uma hipótese é que isso intensifica o que apontamos como *Vácuo Representacional* (Wachelke, 2005). O objeto (o autismo) permanece parcialmente inteligível, mas nunca plenamente compreendido. Assim, o transtorno torna-se um signo que gera sentidos conflitantes e um território interpretativo em disputa, no qual a ciência, a tradição cultural e as experiências cotidianas tentam, sem total sucesso, oferecer explicações que assimilem o estranho. É justamente nessa tensão - entre excesso de discursos e insuficiência de coerência - que se revela a complexidade da representação social do autismo e a necessidade de novos modelos interpretativos capazes de integrar a diversidade ao debate público.

Considerações Finais

O presente Ensaio Teórico buscou analisar a Representação Social do Autismo, ao investigar a construção desse objeto desde as origens diagnósticas até as atuais significações circulantes na mídia. Por meio da análise da literatura científica e de exemplos midiáticos pode-se apontar para a hipótese de que a Representação Social do Autismo é marcadamente

instável. A dificuldade persistente em assimilar o estranho e em encontrar uma categoria classificatória segura para o autismo levou a associá-lo à hipótese do *Vácuo Representacional* (Wachelke, 2005). A sobrecarga de discursos – científicos e culturais – que se contradizem ou que apenas tangenciam o objeto de forma insatisfatória, resulta em uma falha de ancoragem estrutural. O Autismo, assim, permanece parcialmente compreendido, um significante preenchido por sentidos em conflito, o que intensifica o estranhamento e a incerteza observada em diversos estudos e exemplos jornalísticos. A explicação do vácuo na representação parece ser tanto o fato da ancoragem do autismo estar de forma predominante ainda ligada à concepção de doença mental, que por si só é um objeto de difícil entendimento e atravessada por variados modelos explicativos, o que faz com que a Representação Social do autismo também apresente essa falha. E o outro motivo relevante parece ser a ampla diversidade de manifestação do TEA: os níveis de suporte do TEA possuem expressões muito diferentes, de modo que muitas “coisas” diferentes estão sob o rótulo de autismo, o que torna a classificação (ancoragem) bastante vaga.

Em consonância, a objetivação do autismo oscila entre imagens de risco, ameaça, diferença e a representação de genialidade ou habilidade extraordinária. Sendo a perspectiva negativa a mais encontrada no senso comum, tanto nos estudos sobre a representação social do autismo quanto nos conteúdos veiculados na mídia. Os meios de comunicação social, ao difundirem narrativas que se dividem entre o desespero e a superação quase improvável, ou entre a ameaça e a genialidade, atuam como um catalisador dessa ambivalência, o que reforça a heterogeneidade da representação social. Por outro lado, a comunicação de grupos militantes e organizações de pais aponta para uma tentativa de construir uma Representação Social mais informada, inclusiva e pautada na noção de Neurodiversidade.

Por fim, é necessário pontuar a escassez de notícias com relatos de pessoas autistas, bem como artigos que focam na Representação Social do autismo na perspectiva das pessoas

autistas. Sugere-se, como caminhos futuros para a pesquisa, aprofundar a análise sobre a influência da internet e das redes sociais na formação da Representação Social do autismo, dado a importância e predominância desse meio nos tempos atuais. Ademais, faz-se necessário o desenvolvimento de novos modelos interpretativos que ajudem a integrar a complexidade do TEA ao debate público, de forma a superar a dicotomia excludente entre o "normal" e o "diferente" e que avance para uma aceitação da neurodiversidade como parte inerente da condição humana.

Referências

American Psychiatric Association. (1980). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (3rd ed.). American Psychiatric Association.

_____. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). American Psychiatric Association.

_____. (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed.). American Psychiatric Association.

Autismo e Realidade. (2025, 30 de maio). *Valorizando as diferentes formas de comunicação no autismo*. Autismo e Realidade.

<https://autismoerealidade.org.br/2025/05/30/valorizando-as-diferentes-formas-de-comunicacao-no-autismo/>

Autismo e Realidade. (2025, 29 de agosto). *Níveis de suporte no autismo: entenda como eles podem contribuir a organizar o cuidado*. Autismo e Realidade.

<https://autismoerealidade.org.br/2025/08/29/niveis-de-suporte-no-autismo-entenda-como-eles-podem-contribuir-a-organizar-o-cuidado/>

Barahona-Corrêa, J. B., & Filipe, C. N. (2016). A concise history of asperger syndrome: The short reign of a troublesome diagnosis. *Frontiers in Psychology*, 6.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.02024>

Ben-Cheikh, I. et Rousseau, C. (2013). Autisme chez des enfants d'immigration récente : modèles explicatifs de familles originaires du Maghreb. *L'autre*, 14(2), 213-222.
<https://doi.org/10.3917/lautr.041.0213>.

Bosa, C. A. (2002). Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In C. R. Baptista & C. A. Bosa (Orgs.), *Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção* (21-39). Artmed

Brasil. Ministério da Saúde. (2025). *Linha de cuidado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA* [Recurso eletrônico]. Ministério da Saúde.
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_pessoas_tea.pdf

Castro, A., Antunes, L., Maldonado Brito, A. M., & Camargo, B. V. (2016). Representações sociais do envelhecimento e do rejuvenescimento para mulheres que adotam práticas de rejuvenescimento. *Psico*, 47(4), 319.
<https://doi.org/10.15448/1980-8623.2016.4.22495>

Chamak, B. (2018). Modifications des représentations sociales de l'autisme et introduction du concept « autism-friendly ». *Enfances & Psy*, 80(4), 63–73.
<https://doi.org/10.3917/ep.080.0063>

- Czech, H. (2018). Hans Asperger, national socialism, and “race hygiene” in nazi-era vienna. *Molecular Autism*, 9(1). <https://doi.org/10.1186/s13229-018-0208-6>
- Dachez, J., N’Dobo, A. et Navarro Carrascal, O. (2016). Représentation sociale de l’autisme. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, Numéro 112(4), 477-500. <https://doi.org/10.3917/cips.112.0477>.
- Dalgalarroondo, P. (2019). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais* (3ª ed.). Artmed - grupo a.
- Dias, C. C. V., Maciel, S. C., Silva, J. V. C. d., & Menezes, T. d. S. B. d. (2021). Representações sociais sobre o autismo elaboradas por estudantes universitários. *Psico-USF*, 26(4), 631–643. <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260403>
- Dias, S. (2015). Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 18(2), 307–313. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n2p307>.
- Doise, W. (2014). Sistema e metassistema. In Zeidi Aarújo Trindade, A. M. d. O. Almeida & M. d. F. d. S. Santos (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (2ª ed., pp. 164–207). Technopolitik.
- Ebwel, J., M., Roeyers, H. et Devlieger, P. (2010). Approches des représentations sociales de l'autisme en Afrique Sémantique culturelle en République démocratique du Congo. *Enfances & Psy*, 49(4), 121-129. <https://doi.org/10.3917/ep.049.0121>.
- Fadda, G. M., & Cury, V. E. (2016). O enigma do autismo: Contribuições sobre a etiologia do transtorno. *Psicologia em Estudo*, 21(3), 411–423. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1100389>

- Farr, R. M. (1998). *The roots of modern social psychology: 1872–1954*. Blackwell.
- Fondelli, T., & Rober, P. (2016). ‘He also has the right to be who he is...’. An exploration of how young people socially represent autismo. *International Journal of Inclusive Education*, 21, 1-13. <https://doi.org/10.1080/13603116.2016.1252431>
- Foster, J. (2001). Unification and differentiation: a study of the social representation of mental illness. *Papers on Social Representations*, 10(3), 1-18.
- Grinker, R. R. (2007). *Unstrange minds: Remapping the world of autism*. Basic Books.
- G1. (2025, 8 de janeiro). Família descobre maus-tratos contra alunos autistas de escola pública do DF após colocar gravadores nas mochilas. *G1*.
<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2025/01/08/familia-descobre-maus-tratos-contralunos-autistas-de-escola-publica-do-df-apos-colocar-gravadores-nas-mochilas.ghhtml>
- G1. (2025, 14 de janeiro). Mãe celebra nota 920 de filho autista na redação do Enem e gera comoção nas redes sociais: “Sempre soube do potencial dele.”. *G1*.
<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2025/01/14/mae-celebra-nota-920-de-filho-autista-na-redacao-do-enem-e-gera-comocao-nas-redes-sociais-sempre-soube-do-potencial-dele.ghhtml>
- G1. (2025, 15 de janeiro). Polícia investiga vereador suspeito de agredir criança com autismo após ela se recusar a descer de brinquedo em parque. *G1*.
<https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2025/01/15/policia-investiga-vereador-suspeito-de-agredir-crianca-com-autismo-apos-ela-se-recusar-a-descer-de-brinquedo-em-parque.ghhtml>

G1. (2025, 31 janeiro). Famílias denunciam falta de apoio a alunos com transtorno do

espectro autista e síndromes em escolas de Santa Bárbara. *G1*

<https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2025/01/31/familias-denunciam-falta-de-apoio-a-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista-e-sindromes-em-escolas-de-santa-barbara.ghtml>

Hosseini, S. A., & Molla, M. (2024). Asperger Syndrome. In *StatPearls*. StatPearls Publishing.

Jodelet, D. (1989/2005). *Loucuras e representações sociais*. Vozes.

Jodelet, D. (1989). *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 31–61). Presses Universitaires de France (PUF). (Tradução para uso interno: T. B. Mazzotti, 1993; revisão técnica: A. J. A. Mazzotti, UFRJ – Faculdade de Educação).

Lacerda, L. (2017). Luz, Câmera, Estereótipo – Ação! A representação do autismo nas séries de TV. *Revista Espaço Acadêmico*, 17(193), 13–22.
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33887>

Lima, R. C. (2007). A cerebralização do autismo: Notas preliminares. In M. C. V. Couto & R. G. Martinez (Orgs.), *Saúde mental e saúde pública questões para a agenda da reforma psiquiátrica* (pp. 55–72). NUPPSAM/IPUB/UFRJ.

Lima, R. C. (2014) A construção histórica do autismo (1943-1983). *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, v. 36, p. 109-123.

- Lopes, B. A. (2021). A culpabilização de mães de autistas ao longo das décadas de 1940 a 1960. *Revista Territórios e Fronteiras*, 14(1), 178–194.
<https://doi.org/10.22228/rtf.v14i1.1113>
- Martinhago, F., & Caponi, S. (2019). Breve história das classificações em psiquiatria. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 16(1), 73–90.
<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2019v16n1p73>
- Mas, N. A. (2018). *Transtorno do espectro autista-história da construção de um diagnóstico* [Universidade de São Paulo].
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-26102018-191739/>
- Moscovici, S. (1976). *A representação social da psicanálise* (A. Cabral, trad.). Zahar
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (P. A. Guareschi, trad.) Vozes. (Trabalho original publicado em 2000)
- Organização Mundial da Saúde. (1997). *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10* (10ª rev.). Ministério da Saúde.
- Organização Mundial da Saúde. (2021). *Classificação Internacional de Doenças para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade – 11ª revisão (CID-11)*. <https://icd.who.int>
- O'Reilly, M., Lester, J.N., Kiyimba, N. (2020). Autism in the Twentieth Century: An Evolution of a Controversial Condition. In: Taylor, S.J., Brumby, A. (eds) *Healthy Minds in the Twentieth Century: In and Beyond the Asylum*. Palgrave Macmillan.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-27275-3_7
- Ortega, F. (2009). Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 67–77. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232009000100012>

- Rios, C., Ortega, F., Zorzanelli, R., & Nascimento, L. F. (2015). Da invisibilidade à epidemia: A construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19(53), 325–336.
<https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0146>
- Rosen, N.E., Lord, C. & Volkmar, F.R. (2021). The Diagnosis of Autism: From Kanner to DSM-III to DSM-5 and Beyond. *J Autism Dev Disord* 51, 4253–4270.
<https://doi.org/10.1007/s10803-021-04904-1>
- Santos, M. A., & Santos, M. d. F. d. S. (2012). Representações sociais de professores sobre o autismo infantil. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 364–372.
<https://doi.org/10.1590/s0102-71822012000200014>
- Sousa, P. F. d., Maciel, S. C., Medeiros, K. T., & Vieira, G. L. S. (2016). Atitudes e representações em saúde mental: Um estudo com universitários. *Psico-USF*, 21(3), 527–538. <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210307>
- Vala, J. (1996). A análise das representações sociais. In A. S. P. Moreira & M. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos de representação social: textos de apoio* (pp. 101–121). EDUFBA.
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social* (9ª ed., pp. 569–602). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wachelke, J. F. R. (2005). O vácuo no contexto das representações sociais: Uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10(2), 313–320. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2005000200019>

- Wachelke, J. F. R., & Camargo, B. V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 379–390. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013
- Wachelke, J. (2012). Representations and social knowledge: an integrative effort through a normative structural perspective. *New Ideas in Psychology*, 30, 259-269.
- Wagner, W., Duveen, G., Farr, R., Jovchelovitch, S., Lorenzi-Cioldi, F., Marková, I., & Rose, D. (1999). Theory and method of social representations. *Asian Journal of Social Psychology*, 2(1), 95–125. <https://doi.org/10.1111/1467-839x.00028>